

ATA NÚMERO 169/XII (3.ª)

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2014, pelas 11 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 3, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 — Audição do Conselho de Redação da RDP, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).
- 2 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.
- 3 — Apreciação e votação das Atas n.ºs 148 e 149/XII (3.ª).

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença dos membros do Conselho de Redação da RDP, Mário Galego, Ana Neves de Almeida, Rita Colaço, Ana Laura, Susana Barros, Joaquim Reis e Miguel Videira, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Na sua intervenção inicial, o Sr. Mário Galego referiu estar extremamente satisfeito porque esta era a primeira vez que membros do Conselho de Redação vinham ao Parlamento; que em relação à proposta de lei n.º 194/XII (3.ª), cujo objetivo era o de posicionar o serviço público como regulador da qualidade do mercado audiovisual português, o Conselho de Redação não sabia como é que se podia garantir a qualidade desse serviço com os cortes de financiamento que têm vindo a ser feitos nos últimos anos; que há um empobrecimento dos recursos humanos da rádio e que os constrangimentos financeiros limitam sobretudo a cobertura noticiosa; que com a existência de um único contrato de concessão de serviço público a rádio pública tende a desaparecer; que, com este «casamento por conveniência» com a televisão, a rádio tem sido claramente prejudicada, designadamente com a diminuição de cobertura de acontecimentos, com meios técnicos inferiores e com a tendência perigosa de pegar nas peças feitas para a televisão e enfiá-las na rádio.

Falou também que, sempre que um jornalista vai em serviço de reportagem para o exterior para ambos os meios, televisão e rádio, se verifica que esta surge sempre em segundo lugar na lista de prioridades da empresa; que algumas peças produzidas para a televisão e rádio são muito

aproximadas, com ideias semelhantes, com textos quase copiados, o que vai contra a ideia consagrada na proposta de lei acerca da diversidade e da originalidade, que supostamente o Governo quer preservar; que, na proposta de lei n.º 195/XII (3.ª), o que os deixa preocupados é o desaparecimento do nome, da marca a que os portugueses estão habituados (a Antena 1, a Antena 2 e a Antena 3 e a RDP Internacional e a RDP África).

Adiantou, ainda, que o Conselho de Redação não tinha grande legitimidade para responder à questão do Conselho Geral Independente (CGI) proposto, na medida em que não eram questões editoriais que estavam em causa; que, em relação às delegações, a proposta de lei só se refere à sede e a um centro regional em cada Região Autónoma e não aos Centros Regionais de Porto, Coimbra e Faro, por exemplo, o que pode significar que a rádio vai deixar de estar presente no País; que, nos termos da lei e do contrato de concessão do serviço público, está prevista a exploração da atividade publicitária, o que significa que se acabou a rádio como ela era, só com publicidade institucional, que é serviço público; que as propostas de lei falam num só diretor, ou seja, que se antevê a criação de uma só redação.

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Carla Cruz (PCP), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Pedro Delgado Alves (PS) e Paulo Almeida (CDS-PP).

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) debruçou-se sobre o destino do serviço público de rádio em Portugal; a caracterização dos problemas atuais da rádio e a antecipação dos riscos que as três propostas de lei e o próprio contrato de concessão vêm acrescentar à dignidade e à sustentabilidade do serviço público de rádio; a tendência existente para a fusão das redações: o esvaziamento de recursos humanos altamente qualificados da rádio, a «guilhotina» existente sobre a capacidade de renovação dos recursos humanos e as sequelas que daí poderão advir; as propostas alternativas para a dignificação da missão de serviço público de rádio e televisão; a tentação clara de liquidação da autonomia e da missão da rádio; o esvaziamento da própria produção interna, quer da rádio quer da televisão; a asfixia financeira da rádio; o risco de não haver cobertura nacional; a governamentalização dentro da rádio; a criação do CGI como garantia da independência e como fator de regulação do Conselho de Administração; e o futuro do serviço público da rádio em Portugal.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) referiu-se à desresponsabilização pelo Governo do serviço público de televisão e de rádio; ao estrangulamento financeiro e ao fim da indemnização

compensatória; ao definhamento e ao desvirtuar do serviço público de televisão e de rádio; aos perigos presentes no contrato de concessão; à fusão das redações, com a previsão de apenas um diretor; às delegações regionais e ao seu futuro; à criação do CGI como garantia de independência, à nomeação de pessoas de reconhecido mérito, à forma como são designados; ao estado atual da rádio, das delegações regionais e dos seus equipamentos, aos constrangimentos e dificuldades existentes.

A Senhora Deputada Maria da Conceição Caldeira (PSD) colocou questões sobre o novo modelo de governação societária; as funções do CGI e sua composição; a representatividade dos vários órgãos, designadamente do Conselho de Opinião; o novo modelo de financiamento, a CAV e a maior transparência da empresa.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu-se ao financiamento da empresa, à garantia de qualidade do serviço prestado e à privação dos meios necessários para a RTP desempenhar a missão de serviço público; que não há uma alteração assim tão significativa da missão que possa justificar uma redução do financiamento; que há uma redução do financiamento, sendo certo que o bolo global destinado à empresa deixa de contar com a indemnização compensatória; que a lógica de financiamento através da CAV assenta numa abordagem vocacionada para a televisão que não parece adequada; que quanto à publicidade, apesar de haver uma evolução positiva das suas receitas, há uma mudança de paradigma e de abordagem no que respeita à rádio; à independência e autonomia do CGI; à autonomia editorial e das redações; ao perfil completo da rádio, mais concretamente das três estações públicas, face aos constrangimentos existentes; à implantação territorial da rádio e às suas delegações regionais.

O Senhor Deputado Paulo Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre o sucesso das três rádios; o uso de novas plataformas de comunicação e perspetivas de internacionalização da rádio; a falta de representação dos ouvintes no Conselho de Opinião; o modelo adotado para o CGI e a perspetiva de desgovernamentalização da empresa.

O Senhor Mário Galego respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que considera ser questionável o facto de caber ao Governo a nomeação de dois membros para o CGI, quando a sua criação foi justificada precisamente com a necessidade de garantir a independência da empresa relativamente ao poder político; que a composição do Conselho de Opinião não prevê a representação dos ouvintes, o que é questionável; que quanto à cobertura, as propostas de lei falam na sede e nas Regiões

Autónomas, mas não no resto do País; que dentro da empresa há já diversas áreas a trabalhar em conjunto, designadamente na área do desporto, mas que não pode haver uma única redação para a rádio e televisão; que para haver um trabalho em conjunto tem de haver muito planeamento, muita estratégia por parte da própria empresa, coisa que não tem acontecido até agora; que com a previsão neste novo modelo de um só diretor de informação, a rádio e a televisão, tal como as conhecemos hoje vão acabar; que pluralismo, diversidade cultural e de opinião não é ter a rádio e a televisão a transmitirem as mesmas coisas; que há uma indefinição em termos de publicidade, mas que a rádio se diferencia exatamente por não ter publicidade, e que, se passar a ter, fica exatamente igual às outras.

O Senhor Joaquim Reis disse que, o que os preocupa, é haver quem pense que se tirar a imagem à televisão fica com uma rádio barata; que as sinergias são ótimas, mas desde que haja bom senso; que tempo de televisão e tempo de rádio são duas coisas bastante diferentes; que os grandes constrangimentos se prendem com a disparidade de meios na rádio e na televisão; que a questão principal é que já não existem equipas de manutenção para os equipamentos de rádio, engenheiros suficientes para inspecionar os transmissores e os emissores, e uma equipa nacional de antenas.

Referiu, também, que a qualidade do sinal no País está cada vez mais fraca (e há locais onde já não se ouve, por exemplo, a Antena 1, como acontece na Figueira da Foz); que o desinvestimento na onda média tem implicações muito graves para o serviço de emergência de proteção civil; que, com o fim da onda curta, Portugal perdeu uma ferramenta extremamente importante no âmbito da lusofonia; que pensar que o CGI era uma «solução caída dos céus» era um pouco exagerado; que a melhor forma de promover a independência será reforçar as redações da rádio e da televisão; as três propostas de lei abrem caminho à fusão de redações e à possibilidade de a cobertura de muitos acontecimentos passar a ser feita por um só jornalista.

Na segunda ronda de intervenções, usaram a palavra os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Pedro Delgado Alves (PS) e Raúl de Almeida (CDS-PP).

Os Senhores Mário Galego, Joaquim Reis e Ana Neves de Almeida responderam no final e em bloco, às questões colocadas.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente fez o levantamento de todas as questões que ainda não tinham sido respondidas, após o que o Senhor Mário Galego interveio de novo para lhes dar resposta.

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 13 horas e 5 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.

No segundo ponto da Ordem do Dia foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Por fim, foram aprovadas por unanimidade as Atas n.ºs 148 e 149/XII (3.ª), tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140429_2.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 14 horas.

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Isabel Oneto
João Portugal
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Sérgio Azevedo
João Figueiredo
João Lobo
Jorge Rodrigues Pereira
Nuno Encarnação
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Monteiro de Aguiar
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Lídia Bulcão
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira

Esteve ausente em trabalho parlamentar a Senhora Deputada Mónica Ferro.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia __/__/2014.